



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº. 26/2015

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM DEZOITO DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE:-----

-----Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Eng.º José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira e Dr.ª Emília Maria Almeida Santos Neves de Matos, eleita pelo PPD/PS.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca, Dr. Acácio Fonseca Fernandes e Dr.ª Márcia Maria dos Santos Lopes.-----

-----O Senhor Vereador Eng.º. Serafim Paulo Melo de Oliveira eleito pelo PPD/PSD, faltou à reunião por motivo profissional.-----

-----A presente reunião foi, conforme despacho nº. 3/2013, de 25 outubro, secretariada pelo Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

1.- APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:-----

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a quatro do corrente mês, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

-----Conforme dispõe o nº. 3 do artigo 34º. do Código do Procedimento Administrativo não participaram na votação o Senhor Vereador Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

da Fonseca, eleito pelo PS.-----

2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, nos termos do artº. 34.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas nos Vereadores.-----

-----O Senhor Presidente informou ainda que no uso das competências que lhe são atribuídas no nº.3 do artº. 35º. da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, através do seu despacho nº.12/2015, de 9 de novembro decretou um dia de luto pelo falecimento, no dia 8 de novembro, do Sr. Políbio Carvalho da Fonseca pelo facto de ter exercido as funções de Presidente Câmara Municipal de Mortágua, no período de outubro de 1973 a abril de 1974, devendo este ato ser ratificado pela Câmara.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade ratificar a decisão do Senhor Presidente.-----

3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria número 221, referente ao dia 17 de novembro corrente, que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.-EXPEDIENTE:-----

4.1.-ANACOM:-----

-----Foi presente o ofício referência S073277/2015, de 5/11/2015, da ANACOM informando sobre alterações de cobertura nas diversas zonas do território nacional de televisão digital terrestre -TDT para DTH, devendo, nessa medida, os residentes adaptar ou readaptar as suas instalações de receção, encontrando-se essa informação disponível e pode ser consultada na página da TDT na Internet .-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.2.-ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA CASTANHA:-----

-----Foi presente o correio eletrónico da Associação Portuguesa da Castanha, recebido a 27/10/2015, através do qual remete o Protocolo BioVespa que tem por objetivo de se aprofundar a articulação dos Municípios com as ações previstas no Plano Nacional de ação contra a vespa das galhas do castanheiro, e propondo que a adesão do Município de Mortágua ao mesmo.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

5.1.-ESTABELECIMENTOS DE ENSINO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MORTÁGUA:-----

5.1.1.-Parceria ao Programa Eco-Escolas:-----

-----O Senhor Presidente deu conhecimento que Município aderiu em parceria com o Agrupamento de Escolas de Mortágua ao Programa Eco-Escolas no ano letivo de 2015/2016, junto da Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), permitindo assim que o Agrupamento de Escolas apresente candidatura de projeto de Educação Ambiental para que seja reconhecido com a Bandeira Verde Eco-Escolas.-----

-----O Senhor Presidente informou que a inscrição no Programa Eco-Escolas importa uma despesa de setenta euros (70,00 €) para o Município.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade ratificar a participação no referido programa.-----

5.2.-SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA E AÇÃO SOCIAL ESCOLAR:-----

5.2.1.-Apreciação de Requerimentos de Comparticipação de Manuais Escolares apresentados fora de prazo:-----

-----Senhor Presidente foram presentes para efeitos de apreciação e deliberação os requerimen-



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

tos abaixo identificados apresentados nos serviços para Comparticipação de Manuais Escolares do 1º. CEB:-----

-----Processo nº. 212, registado com o nº. 966, em 26/10/2015, de Sílvia Jorge Diogo Ferreira Rendeiro, que requiere a comparticipação de sessenta e dois euros e vinte e nove cêntimos (62,29 €), para a sua filha Maria Inês Ferreira Rendeiro que se encontra a frequentar o 2º. Ano do 1º. CEB no Centro Educativo, e que conforme informação dos serviços sociais verifica-se que entrou nos serviços fora do prazo fixado na reunião de Câmara de 19/08//2015.-----

-----Processo nº. 213, registado com o nº. 1004, em 04/11/2015, de Sónia Oliveira Santos Sotto Mayor que requiere a comparticipação de cinquenta e quatro euros e setenta e três cêntimos (54,73 €), para a sua filha Luna Mariana Oliveira Sotto Mayor que se encontra a frequentar o 2º. Ano do 1º. CEB no Centro Educativo, e que conforme informação dos serviços sociais verifica-se que entrou nos serviços fora do prazo fixado na reunião de Câmara de 19/08//2015.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade excecionalmente deferir os pedidos de comparticipação.-----

5.2.1.-Proposta de Gratuidade do Fornecimento de refeições no Ensino Pré-Escolar e 1º. CEB no âmbito dos Serviços de Apoio à Família :-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando as dificuldades económicas que as famílias atravessam em consequência da crise que o País vive e que compete ao Município estar atento às questões sociais.-----

-----Importa assim acautelar os meios indispensáveis para ocorrer a situações de carência social que possam emergir e devam ser apoiadas pelo Município, e isso vai ser considerado no Orçamento Municipal de 2016.-----

-----No âmbito dos Serviços de Apoio à Família de que beneficiam as crianças, o Município tem vindo a aplicar medidas para atenuar os encargos das famílias.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Nos últimos anos o Município aplicou a medida de gratuidade de prestação de serviços a famílias com crianças no Pré-Escolar e alargou a prestação de apoios sociais aos alunos do 1º. Ciclo.-----

-----Presentemente todas as cento e trinta e uma (131) crianças do Ensino Pré-Escolar público e todas as crianças do 1º. Ciclo do Ensino Básico, duzentas e quarenta e três (243), usufruem dos serviços de refeição, cujo custo total ano letivo é de cento e vinte e três mil seiscientos e quarenta e sete euros e trinta cêntimos (123.647,30 €), (sem contabilizar o custo de energia elétrica, abastecimento de água e gás), podendo este número alterar em função de novas inscrições nos serviços, valor do qual caberia aos pais uma comparticipação de noventa e cinco mil quinhentos e oitenta e sete euros e sessenta e seis cêntimos (95.587,66 €).-----

-----Assim, no contexto atual o serviço de refeições que possibilita a todas as crianças pelo menos uma refeição diária equilibrada, deve continuar a ser uma prioridades das políticas municipais.-----

-----A gestão dos recursos do Município feita até agora continua a permitir este tipo de apoios sociais que, face à perda de rendimentos das famílias, ainda mais se justifica.-----

-----Assim, propõe-se que para o ano de 2016 o Município continue a prestar gratuitamente a todas as crianças que frequentam o Ensino Pré-Escolar e o 1º. Ciclo do Ensino Básico Públicos o serviço de refeição”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a isenção de pagamento das refeições.-----

-----Mais foi deliberado por unanimidade e, considerando as deduções das comparticipações, submeter a presente deliberação a ratificação da Assembleia Municipal, sem prejuízo dos serviços lhe darem seguimento para que possa ser aplicada logo no mês de Janeiro.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

5.3.-JUVENTUDE:-----

5.3.1.-Apoio Natalidade e Famílias - Ratificação de processos:-----

-----Para efeitos de conhecimento e ratificação pelo Senhor Presidente foram presentes os processos de candidatura nº. 43, 44 e 46/2015 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua que entraram nos serviços e que deferiu nos termos do nº.1 do artigo 6º. do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua.-----

-----A Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----

5.4.-ESCOLA PROFISSIONAL BEIRA AGUIEIRA – Encerramento das instalações em Mortágua:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 1037, datado de 26/10/2015, da Escola Profissional Beira Aguireira, a justificar o facto de não ter informado oficialmente o Município do encerramento das suas instalações em Mortágua.-----

-----Assim, efetivamente perante as circunstâncias inerentes a um processo complexo de reestruturação e otimização de recursos físicos e humanos, que a EBA – Formação Profissional, Lda. iniciou há alguns meses, e que implicaram a fusão dos dois estabelecimentos.-----

-----Informa ainda não obstante a presença física da EBA somente no Concelho de Penacova, não apagaram 25 anos de história em Mortágua, e como tal, continua a considerar o Município de Mortágua como parceiro eventual de todas as iniciativas que decorram neste Concelho disponibilizando-se totalmente para a participação e motivação ativas em qualquer projeto ou ação que esta Câmara entenda promover ou para que os convide.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

6.-CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES:-----

6.1.-SERVIÇOS CULTURAIS DESPORTIVOS E RECREATIVOS:-----

6.1.1. Programa de Animação de Natal 2015:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a Programa de Animação de Natal 2015 que tem por objetivo proporcionar a dinamização e apoio ao comércio local, e a ocupação de atividades para crianças, idosos, deficientes e população em geral, desenvolvendo-se as respetivas atividades na Biblioteca Municipal, Centro de Animação Cultural, e animação de Rua.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o programa proposto.-----

7.-AÇÃO SOCIAL:-----

7.1.1.-Cabaz de Natal de 2015:-----

-----No seguimento da deliberação tomada na reunião de Câmara de 7/10/2015, foi presente o levantamento efetuado pela Técnica de Serviço Social de sessenta e três (63) famílias carenciadas do Concelho e da composição do respetivo cabaz tendo em atenção a constituição do agregado familiar e respetivas condições sócio-económicas e que irão ser contempladas com o Cabaz de Natal de 2015.-----

-----A seleção das famílias resulta do seguinte conhecimento e dos seguintes critérios/indicadores.-----

-----Famílias expostas ao fenómeno do desemprego involuntário, em ou com baixa proteção social;-----

-----Situações de desemprego (involuntário) duplo (sem ou com baixa proteção social);-----

-----Famílias/indivíduos, com doença crónica e/ou oncológica, com reformas ou outro tipo de prestações sociais baixas para fazer face aos encargos com despesas médicas e medicamentosas e demais despesas fixas;-----

-----Famílias nucleares (com ou sem filhos) de baixo rendimento e encargos habitacionais fixos elevados e/ou endividadas;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Famílias numerosas com apenas um elemento ativo empregado, com baixo rendimento e filhos pequenos;-----

-----Famílias monoparentais que auferem o salário mínimo ou prestações sociais muito baixas, com filhos pequenos, ou não;-----

-----Famílias sobreendividadas.-----

-----Em suma famílias numerosas, ou não com baixos rendimentos e despesas fixas elevadas que concorrem para uma situação de privação severa.-----

-----Após análise deste levantamento a Câmara deliberou, por unanimidade acrescentar a este mais quatro (4) famílias, passando assim para sessenta e sete (67) o número de agregados familiares que serão contemplados com o Cabaz.-----

-----O Senhor Presidente no uso das competências próprias irá desencadear o respetivo processo de fornecimento do Cabaz, de acordo com a alínea a), do nº. 1 do artigo 20º. do Código dos Contratos Públicos.-----

7.2.-REGULAMENTO MUNICIPAL “Município Presente”:-----

7.2.1.-Apreciação do Processo nº.1:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 1 da candidatura apresentada no âmbito do Regulamento “Município Presente”, pela Senhora Edite da Silva Almeida, residente na Rua Principal, nº. 101, Felgueira, Freguesia de Sobral, requerendo nos termos da alínea b) do nº. 1 do artº. 2º. do referido Regulamento Apoio Económico para habitação própria.-----

-----A candidatura foi, nos termos do artº. 9º. do Regulamento, analisada pelo técnico do serviço social do município que elaborou o respetivo Relatório Social constante no processo.-

-----O Relatório Social conclui que se trata de agregado familiar em situação de vulnerabilidade social e privação de recursos e que se justifica o pedido de apoio para o pagamento da segunda prestação do IMI no valor de cento e cinquenta e sete euros e quinze cêntimos (157,15€), propondo assim que a Câmara delibere a atribuição de um apoio único no



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

referido valor ao abrigo do Regulamento Município Presente, podendo este ser pago excecionalmente através da sua transferência para uma IPSS.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa, que se encontra inscrita na Opções do Plano do corrente ano no objetivo 03 AÇÃO SOCIAL, Programa 001, Transferência para IPSS, Projeto 2015/5033 – Município Presente com um saldo quinze mil euros (15.000,00 €) e no orçamento na rubrica 040701 com um saldo de setenta e nove mil oitocentos e cinquenta euros e dezanove cêntimos (79.850,19 €).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar o pedido e solicitar à Santa Casa da Misericórdia de Mortágua que seja a Entidade Parceira/Cooperante com o Município na sua resolução, transferindo-se para o efeito a importância acima referida.--

8.-HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO:-----

8.1.-BAIRRO DE HABITAÇÃO SOCIAL DA GANDARADA:-----

8.1.1.-Proposta de Atualização das Rendas:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando:-----

-----O Decreto-Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro que estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Leis n.º 608/73, de 14 de novembro, e 166/93, de 7 de maio, destinado aos arrendamentos das habitações do Estado, seus organismos autónomos e institutos públicos, bem como os das adquiridas ou promovidas pelas Regiões Autónomas, pelos Municípios e pelas instituições particulares de Solidariedade Social com participações a fundo perdido concedidas pelo Estado, ou pela respetiva Região Autónoma, se for esse o caso. -----

-----O Regime de Renda Apoiada aplica-se, obrigatoriamente, a todos os contratos celebrados após 12 de Maio de 1993, podendo ainda ser adotado nos contratos anteriores.-----

-----Nos termos do art.º 21 do citado Decreto Lei o valor da renda em regime de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor, arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula: $T=0,067 \times (RMC/IAS)$.-----

-----Em que: T=Taxa de esforço; RMC = rendimento mensal corrigido; IAS = indexante dos apoios sociais.-----

-----O preço técnico atualiza-se anual e automaticamente pela aplicação do coeficiente de atualização das rendas condicionadas. -----

-----Nos termos do n.º 1 do art.º 22.º do mesmo Dec. Lei a renda em regime de arrendamento apoiado não pode ser inferior a 1% do indexante dos apoios sociais (IAS) vigente em cada momento; -----

-----De acordo com o n.º 2 do mesmo art.º a renda máxima em regime de arrendamento apoiado é a renda máxima aplicável aos contratos de arrendamento habitacional em regime de renda condicionada.-----

-----A renda é também atualizada anual e automaticamente em função da variação de rendimento mensal corrigido do agregado familiar.-----

-----O valor da renda pode no entanto ser reajustado a todo o tempo sempre que exista uma alteração daquele rendimento decorrente de morte, invalidez permanente e absoluta ou desemprego de um dos seus membros.-----

-----Considerando que o Município tem procedido anualmente à atualização/reajustamento das rendas do Bairro de Habitação Social da Gandarada nos termos da Lei em vigor.-----

-----a deliberação tomada na reunião de Câmara de 16/06/1999 definiu o montante mínimo da renda a pagar que, considerando as atualizações que foram sendo efetuadas nos termos da lei e as deliberações aprovadas pela Câmara de atualização/congelamento de valor, em 2015 é no montante de 47,30 €.-----

----- a deliberação tomada na reunião de Câmara de 17/10/2007 que decidiu aplicar às rendas



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

de valor igual ou superior a 150,50 € a percentagem de 70% do valor do preço técnico e fixar um valor máximo que, considerando as atualizações que foram sendo efetuadas nos termos da lei e as deliberações aprovadas pela Câmara de atualização/congelamento de valor, em 2015 é no montante de 172,30 €.

-----De acordo com o disposto no Aviso nº. 10784/2015 do Instituto Nacional de Estatística, IP publicado no Diário da República, 2ª. Série – nº. 186, de 23 de setembro de 2015, que estipula que o coeficiente de atualização dos diversos tipos de arrendamento para vigorar no ano civil de 2016 é de 1,0016, os serviços de ação social procederam ao cálculo da atualização das rendas no Bairro de Habitação Social da Gandarada, sendo deste modo a renda mínima no montante de 49,28 € e a renda máxima de 173,68 €, conforme listagem das rendas a pagar pelos arrendatários a partir de um de Janeiro do 2016 e que se dá aqui por integralmente reproduzida.

-----Assim propõe-se que:

-----Se mantenha a deliberação tomada na reunião de Câmara de 16/06/1999, que definiu o montante mínimo da renda a pagar e que no corrente ano é de 49,28 €.

-----Se mantenha a deliberação tomada na reunião de Câmara de 17/10/2007 ou seja aplicar às rendas de valor igual ou superior a 150,50 € a percentagem de 70% do valor do preço técnico e fixar o valor máximo de renda em 173,68 €).

-----A Câmara aprove a atualização das rendas do Bairro de Habitação Social, conforme listagem anexa.

-----A Câmara aprove o congelamento no ano de 2016 dos valores das rendas dos fogos do Bairro de Habitação Social da Gandarada, sempre que em resultado da revisão anual se verifique o aumento das mesmas.”.

-----A Câmara depois de apreciado, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

9.-DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:-----

9.1.-APOIO E PROMOÇÃO DA INICIATIVA EMPRESARIAL:-----

9.1.1.-Cedência de utilização de espaço no Ninho de Empresas de Mortágua:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente, depois de verificada a sua conformidade prevista no Regulamento do Ninho, a informação de avaliação efetuada à candidatura, apresentada ao Ninho de Empresas de Mortágua do: -----

-----Processo de candidatura 21/11/15 - apresentada pela Empresa Paraíso Aromático, Lda, que tem como objeto a produção e comercialização de plantas aromáticas, medicinais e condimentares, enquanto viveirista e ao ar livre, para secagem e transformação, bem como compra e venda de plantas transformadas e de viveiro.-----

-----De acordo com a informação da técnica adstrita ao GDE constata-se que:-----

-----No cumprimento do nº. 4, do artigo 6º. do Regulamento do Ninho de Empresas foi realizada, entrevista com o Sr. Presidente da Câmara e o proponentes da candidatura, tendo sido possível aferir:-----

-----o interesse da atividade a dinamizar pela empresa em causa para o desenvolvimento económico do concelho e da região e salientando o facto das espécies a introduzir permitirem diferenciação face à atividade agrícola e florestal dominante no concelho. Salientou-se também o facto do modo de produção (biológica) e das técnicas a implementar (com recurso a energias renováveis) serem inovadoras para o concelho e, eventualmente, poderem vir a surtir efeito demonstrador, multiplicador e gerador de economia de escala.-----

-----Em contexto de entrevista, confirmou-se o interesse na dinamização deste tipo de produção agrícola para exportação para o mercado europeu, numa primeira fase para grossistas e distribuidores e só numa segunda fase para a indústria farmacêutica e de cosmética. A identificação de potenciais clientes europeus foi salientada pela empresa, bem como a possibilidade de surgirem necessidades futuras de complementaridade com maior



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

número de produtores locais para garantia de resposta em termos de quantidade e de qualidade.-----

-----Os proponentes da candidatura informaram ainda que o Projeto Empresarial em causa foi objeto de uma candidatura ao Programa de Desenvolvimento Rural (PDR), mas que, independentemente da aprovação ou não da candidatura, a produção agrícola irá avançar em terrenos agrícolas localizados em Vila Nova e onde serão criadas futuramente as instalações próprias da empresa. Atualmente a inexistência de condições nesse local, associadas à necessidade de um espaço para funcionamento da Sede da empresa durante a sua fase de arranque, em que será criado um posto de trabalho fixo para realização de contactos comerciais e para o desenvolvimento do projeto empresarial, foram as razões apresentadas para a candidatura à instalação no Ninho de Empresas de Mortágua.-----

-----Da avaliação geral da candidatura foi possível concluir que a ideia de negócio é realista, exequível e adequada aos objetivos de desenvolvimento económico do concelho, podendo vir a contribuir para a revitalização agrícola concelhia, para a redução do abandono dos campos agrícolas e para o rejuvenescimento de uma área de atividade caracterizada pelo envelhecimento.-----

-----O facto de se tratar de um negócio recém-constituído, resultante da capacidade empreendedora e de risco por parte de dois jovens com experiência na área comercial, um dos quais irá criar o seu posto de trabalho permanente e a tempo inteiro, inserem este projeto dentro do espírito para que foi criado ao Ninho de Empresas de Mortágua propõe-se que seja aceita a sua instalação no Ninho de Empresas de Mortágua. O envolvimento da Emprega Dão e Mondego – Só Não Dão SA neste projeto (cuja dinâmica de alguns sócios é reconhecida a nível concelhio e da componente de qualificação técnica do seu Curriculum vitae adicional), conferem a esta candidatura ainda maior capacidade técnica e de gestão, pelo que se propõe que seja aceite a sua instalação no Ninho de Empresas pelo período considerado adequado pela



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Câmara.-----

-----A Câmara, depois de apreciado assunto, deliberou por unanimidade aprovar a candidatura e efetivar a celebração do contrato, pelo período de 3 anos, com os proponentes da candidatura nos termos acima referidos e de acordo com o Regulamento do Ninho de Empresas.-----

9.2.-DESENVOLVIMENTO DO TURISMO – Turismo, Desporto e Natureza:-----

9.2.1.-VI Fim de Semana da Lampantana – Relatório de Avaliação:-----

-----O Senhor Presidente deu conhecimento do Relatório da ação o VI Fim-de Semana da Lampantana realizada a 30 e 31 de outubro e 1 de novembro, na qual participaram 12 restaurantes da área do Município, veio a constituir-se num sucesso dado o número de pessoas que aderiram à iniciativa 1982, sendo contudo importante referir que este número é superior ao número de cupões entregues de habilitação do prémio de uma caixa de vinho de rotulo do evento uma vez que algumas pessoas não tiveram intenção de preenche-lo conforme informação dos restaurantes.-----

-----Verifica-se que o número de doses servidas foi ligeiramente inferior ao do ano transato, 2014, este resultado poderá dever-se à diminuição de restaurantes aderentes.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

9.3.-ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL:-----

9.3.1.-Associação Comercial e Industrial da Bairrada e Aguieira –“Sorteio – Tômbola de Natal 2015”:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Regulamento da ação “Sorteio – Tômbola de Natal 2015”, organizado pela Associação Comercial e Industrial da Bairrada e Aguieira, com o apoio do Município, que tem por objetivo criar novas dinâmicas de desenvolvimento e fomento do comércio tradicional de Mortágua na época de Natal, estando a tômbola em exposição em cada estabelecimento aderente de 1 a 31 de dezembro.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

10.-ADMINISTRAÇÃO:-----

10.1.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2015:-----

-----Considerando a necessidade de reforçar e reajustar diversas rubricas do orçamento Municipal do corrente ano, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do Decreto - Lei n.º 54-A/99, de vinte e dois de fevereiro, conjugado com a alínea d) do número 1 do artigo 33º. da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, a proposta de modificação por alteração ao orçamento que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço de despesas de capital – dez mil euros (10.000,00 €).-----

-----Reforço de despesas correntes – treze mil euros (13.000,00 €).-----

-----Anulação despesas correntes – vinte e três mil euros (23.000,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração ao Orçamento Municipal a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la, ficando a mesma arquivada no maço de documentos da presente reunião.-----

10.2.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO DE 2015:-----

-----Considerando a necessidade de dotar diversos projetos das Opções do Plano do corrente ano de verbas necessárias à satisfação de compromissos assumidos decorrentes da evolução normal dos empreendimentos em curso, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do ponto 8.3.2.3 do Decreto – Lei número 54-A/99, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do 33º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de alteração às Opções do Plano do corrente ano que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço de Financiamento definido – dez mil euros (10.000,00 €).-----

-----Anulação de Financiamento não definido – dez mil euros (10.000,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração às Opções do Plano, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la ficando a mesma arquivada no maço de documentos da presente reunião.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

10.3.-PROPOSTA DE AUMENTO EXCECIONAL DE FUNDOS DISPONÍVEIS EM 2016 – LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO/SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que:-----

-----A alínea f) do artigo 3º. da Lei nº.8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), com as alterações introduzidas pela Lei nº. 21/2015, de 17 de março, determina que “Fundos Disponíveis” são as verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem, quando aplicável, e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos:-----

----- vii Outros montantes autorizados nos termos do artigo 4º.-----

-----O artigo 4º. determina que, a título excecional, podem ser acrescidos aos fundos disponíveis outros montantes, desde que expressamente autorizados pela Câmara Municipal.---

-----A alínea a) do nº. 3 do artigo 5º. do Decreto Lei nº. 127/2012, de 21 de junho, determina que: “integram ainda os fundos disponíveis: os saldos transitados do ano anterior cuja utilização tenha sido autorizada nos termos da legislação em vigor”.-----

-----Ao abrigo da Lei do POCAL os saldos da gerência constituem receita das Autarquias Locais no ano seguinte àquele a que respeitam, sendo que a sua utilização, total ou parcial, só pode ocorrer em sede de revisão orçamental, como contrapartida de aumentos de despesas orçadas após apreciação e votação, pelo órgão deliberativo competente, da conta de gerência a que respeitam.-----

-----A Direção Geral das Autarquias Locais refere na FAQ nº.5 publicada no Manual de Apoio à Aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – Subsetor da Administração Local: “Quanto ao saldo de gerência de operações orçamentais do ano anterior, o mesmo pode ser utilizado para cálculos dos fundos disponíveis, ao abrigo do previsto na alínea a) do nº.3 do artigo 5º. do Decreto-Lei nº. 127/2012, e tendo em conta a especificidade no que se refere à sua utilização na administração local, encontrando-se esta receita disponível



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

para utilização a muito curto prazo, sendo esta utilização distinta da integração do saldo da gerência no orçamento que ocorre após a aprovação de contas”.-----

-----Assim, nos termos do artigo 4º., nº.1 , alínea c) da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro de 2012, alterada pela Lei nº. 64/2012, conjugada com o nº.1 do artº.6º. do Decreto-Lei nº. 127/2012, de 21 de junho coloco à consideração da Câmara a autorização do aumento excecional dos fundos disponíveis do Município nos termos do artigo 3º. alínea f) do mesmo diploma, do valor de 2,5 milhões de euros do saldo da gerência de 2015 e cuja previsão se estima superior a 3 milhões de euros.-----

-----Proponho também tendo em consideração a utilização referida e as competências da Assembleia Municipal nomeadamente no art.º 25.º, n.º 2, alínea l), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, Anexo I, que lhe seja solicitada a respetiva autorização. “-----

-----A Câmara, depois de apreciado deliberou, por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

10.4.-PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS FREGUESIAS EM 2016, ALÍNEA J), DO Nº. 1 DO ARTº. 25º. DA LEI Nº.75/2013:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“É consabido que as autarquias têm um leque muito vasto de atribuições;-----

-----As autarquias estão cada vez mais atentas ao cumprimento da Lei e atarefadas em dar resposta às inúmeras e diárias solicitações face à pluralidade de regimes jurídicos a que a sua atividade está sujeita;-----

-----A tudo isto acresce a insuficiência de meios financeiros que no caso das juntas de freguesia, é ainda mais acentuado;-----

-----A insuficiência de tais meios, necessários para fazer face a despesas inerentes à prossecução dos objetivos daquelas autarquias ou ao desenvolvimento de tais iniciativas e ações em áreas da sua competência, em nada beneficia a promoção e salvaguarda dos



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

interesses próprios das respetivas populações, postas a seu cargo e que devem ser articuladas com o município;-----

-----Nos termos do artigo 2º. do Anexo I à Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações.-----

-----Cabe à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do artº. 25º., nº.1, alínea j) do mesmo anexo, “deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações.-----

-----Cabe à Câmara Municipal “apresentar propostas à Assembleia Municipal sobre matérias da competência desta “ de harmonia com o disposto no artº. 33º., alínea ccc) ainda daquele anexo.

-----Assim proponho que a Câmara delibere no sentido de submeter à Assembleia Municipal a presente proposta que tem como objetivo reforçar a capacidade financeiras das Juntas de Freguesia do Concelho de Mortágua e que se substanciam nos seguintes termos:-----

-----1º. Definir a comparticipação financeira global de 106.510,00 € para apoio a despesas correntes, e a distribuir de acordo com os critérios definidos do Orçamento de Estado (FFF – Fundo de Financiamento das Freguesias), e conforme anexo à presente proposta e a transferir mediante a celebração de Protocolos previstos no Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras previstos no Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras .-----

-----2º. Definir uma comparticipação financeira global de 319.529,00 € para apoio a despesas capital, e a distribuir de acordo com os critérios definidos no Orçamento de Estado (FFF – Fundo de Financiamento das Freguesias), e conforme anexo à presente proposta e a transferir mediante a celebração de Protocolos previstos no Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

do Senhor Presidente.-----

10.5.-PROPOSTA DE ABONO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS EM 2016, DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ARTIGO 24º. DA LEI Nº.49/2012, DE 29 DE AGOSTO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“CONSIDERANDO:-----

-----1.-Que, o Decreto – Lei nº.93/2004, de 20 de abril, alterado, que procedeu à adaptação à Administração Local do regime previsto na Lei nº. 2/2004, de 15 de janeiro, alterada, que aprovou o ESTATUTO DO PESSOAL DIRIGENTE dos serviços e organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado;-----

-----2.-Que, por força do disposto nos nº.1 e 2 do artigo 15º. Daquele diploma, era reconhecido ao pessoal dirigente da Administração Local o direito à percepção do suplemento remuneratório denominado, despesas de representação, no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central, sendo-lhes igualmente aplicáveis as correspondentes atualizações anuais;-----

-----3.-A publicação da Lei nº. 49/212, de 29 de agosto, procedeu a nova adaptação à Administração Local da Lei nº.2/2004, alterada, revogando o Decreto-Lei nº. 93/2004;-----

-----4.-Que, muito embora o legislador consagre nos nº. 1 e 2 do artigo 24º. da Lei nº. 49/2012, a possibilidade dos titulares de cargos de direção intermédia de 1º. e 2º. Graus continuarem a ser abonados pelo aludido suplemento remuneratório, no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central, sendo-lhes igualmente aplicáveis as correspondentes atualizações anuais, a sua atribuição depende, agora, de decisão da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal;-----

-----5.-Assim, e conforme entendimento da reunião de Coordenação jurídica realizada, e 3 de outubro de 2012, na Direção –Geral das Autarquias Locais (DGAL): -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----“com a entrada em vigor da Lei n.º. 49/2012 o pagamento de despesas de representação deixou de ser obrigatório, passando a depender da vontade da Assembleia Municipal, a qual deve deliberar de forma objetiva e fundamentada quais os cargos dirigentes cujo exercício dá direito à percepção de despesas de representação, no montante fixado pelo despacho conjunto referido no art.º. 24.º. da citada Lei, pelo que as despesas de representação deixaram de ser uma característica essencial da remuneração destes cargos;-----

----- Assim, com a entrada em vigor da Lei n.º. 49/2012, só pode haver lugar ao pagamento de despesas de representação se a Assembleia Municipal, deliberar nesse sentido”;-----

-----6.- Que, de acordo com a Lei n.º.49/2012, a Assembleia Municipal aprovou em 12/12/2014, por proposta da Câmara Municipal, a concessão de despesas de representação do pessoal dirigente da Câmara durante o ano de 2015, mantendo assim uma decisão que vinha desde 1999 nas condições estabelecidas no Despacho Conjunto referido no n.º.2 do artigo 34.º. Da Lei n.º. 49/99, de 22 de junho, (Despacho Conjunto n.º.625/99, DR II Série, n.º. 179, de 99-08-03), que previa norma análoga à da Lei atual, e o Orçamento para o ano de 2016 prevê expressamente os montantes com as despesas de representação, para os seus dirigentes;-----

-----7.- Que o pessoal dirigente da Câmara Municipal de Mortágua deve ter tratamento idêntico aos dos dirigentes da Administração Central no que toca às despesas de representação, não se justificando uma discriminação negativa para cargos análogos, nem uma menorização daqueles dirigentes perante estes.-----

-----Assim, proponho à Câmara Municipal que, no uso da competência que lhe é conferida pelo disposto no n.º.2 do artigo 24.º. da Lei n.º.49/2012, submeta à Assembleia Municipal de Mortágua que sejam atribuídas, aos titulares de direção intermédia de 2.º. Grau da Câmara Municipal de Mortágua, Chefe de Divisão o abono para despesas de representação bem como as eventuais correspondentes atualizações anuais, no montante fixado para o pessoal da Administração Central, e que é atualmente de 180,97 €.”-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

10.6.-AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA Á ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS EM 2016 – LEI DOS COMPROMISSOS:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que dispõe o artigo n.º 22 do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização conferida pelo órgão deliberativo salvo quando:-----

-----a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; -----

-----b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes aos da sua contratação e o prazo de execução de três anos.-----

-----Considerando ainda que, e por outro lado a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março 2015, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração Local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.-----

-----Considerando, também, que o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, veio regulamentar a citada lei dos compromissos, nos termos do artigo 14.º, estabelecendo que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento.-----

-----Considerando que atenta esta faculdade, e ainda a simplificação e celeridade processual, importa que seja solicitada a referida autorização prévia à Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 22º. do Decreto-Lei nº. 197/99, de 8 junho, dado que parte do citado normativo foi revogado pela lei dos compromissos (artigo 13º. da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro).-----

-----Considerando ainda o disposto na alínea ccc), do nº. 1 do artigo 33º. da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, e para os efeitos previstos na alínea c), do nº. 1 do artigo 6º. da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 22/2015, de 17 de março, e do artigo 12º. do Decreto-Lei nº. 127/2012, de 21 de junho.-----

-----Propõe-se:-----

-----1.-Que seja aprovada, pela Câmara Municipal, a presente proposta de pedido de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais.-----

-----2.-Caso a presente proposta seja aprovada pela Câmara Municipal, a mesma deverá se submetida à Assembleia Municipal para que esta, nos termos do disposto na alínea c) do nº. 1 do artigo 6º da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 22/2015, de 17 de março e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22º do Decreto-Lei nº. 197/99 de 8 de junho, delibere emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos seguintes: -----

-----a) Despesas com aquisição de bens e serviços em fornecimentos contínuos de materiais destinados a incorporar nas obras por administração direta a executar pela Autarquia no âmbito das suas competências próprias;-----

-----b) Despesas com aquisição de bens e serviços em fornecimentos contínuos de produtos de higiene e limpeza destinados à utilização nos Edifícios e Equipamentos Municipais;-----

-----c) Despesas com aquisição de bens e serviços em fornecimentos contínuos de combustíveis



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

fósseis destinados à utilização nos Equipamentos e Edifícios Municipais;-----

-----d) Despesas com a aquisição de energia elétrica.-----

-----e) Despesas com aquisição de bens e serviços de funcionamento, manutenção e conservação dos Edifícios e Equipamentos Municipais, nomeadamente contratos de assistência técnica, manutenção de sistemas de climatização, elevadores, equipamentos de impressão, sistemas informáticos e software informático, comunicações postais, fixas e móveis;-----

-----f) Despesas com aquisição de bens e serviços de análises laboratoriais;-----

-----g) Despesas com aquisição de serviços de limpeza, vigilância e segurança.-----

-----h) Os encargos com cada uma destas despesas não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos da sua contratação e o prazo de execução de 3 anos.-----

-----3.- A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia concedida nos termos do número anterior, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesa. -----

-----4- O regime de autorização ora proposto deverá aplicar-se à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes no n.º. 2, a assumir em 2016.-----

-----5- Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais e remetê-la à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação na sua sessão ordinária de dezembro corrente.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

10.7.-EMPREITADA DE EXECUÇÃO DA REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DE MORTAZEL – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente sobre o assunto em epígrafe a informação do Coordenador Técnico da Unidade de contratação pública datada de 16/10/2015 que a seguir se transcreve:-----

-----“ Considerando o disposto na alínea c) do nº. 1, do artº. 6º. da Lei nº. 8/2012, no nº. 22º. do D.L. 197/99, de 8 de Junho será necessário solicitar ao órgão deliberativo a autorização prévia para a assunção da seguinte despesa:-----

-----Objeto: Execução da rede de drenagem de águas residuais domésticas de Mortazel;-----

-----Valor da adjudicação sem IVA: 146.655,17 €;-----

-----Valor da adjudicação com IVA: 155.454,48 €;-----

-----Prazo de Execução: 120 dias;-----

-----Consignação: 26 de outubro de 2015;-----

-----Adjudicatária: Linhares & Vidal, Lda;-----

-----Pagamentos: Em 2015: 124.627,52 com IVA incluído; Em 2016: 30.826,96 €, com IVA incluído.-----

-----Nota: Aquando da celebração do contrato de empreitada não foi detectado que no plano de pagamentos abrangia o mês de janeiro de 2016, razão pela qual nesta data se procede à rectificação do acto.”-----

-----Assim, de acordo com a informação acima transcrita o Senhor Presidente propôs que a Câmara Municipal delibere:-----

-----Aprovar submeter à Assembleia Municipal a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual referente à Empreitada Execução da rede de drenagem de águas residuais domésticas de Mortazel em cumprimento do disposto no artigo 22º do Decreto-Lei



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

nº. 197/99, de 8 de junho e nos artigos 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e 12º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, conforme os valores que abaixo se indicam, com IVA incluído à taxa legal em vigor de 6%:-----

-----Em 2015: 124.627,52 com IVA incluído;-----

-----Em 2016: 30.826,96 €, com IVA incluído.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta.-

10.8.-DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POSTAIS A CRÉDITO – PROPOSTA DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação, datada de 13/11/2015, do Coordenador Técnico da Unidade de Contratação Público que a seguir se transcreve para efeitos de emissão de parecer vinculativo para a contratação de prestação de serviços postais a crédito:-----

-----“Considerando:-----

-----que a celebração dos contratos de aquisição de serviços carecem de parecer prévio vinculativo do órgão executivo, independentemente da natureza da contraparte, nos termos do nº.5 e 12 do artigo 75º. da Lei nº. 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o orçamento do Estado para 2015;-----

-----que a tramitação do parecer prévio vinculativo atrás referido veio a ser regulamentado através da Portaria 149/2015, de 26 de maio;-----

-----que o objeto do contrato a celebrar abrange prestações que não estão e não são suscetíveis de estarem submetidas à concorrência de mercado, designadamente, quer em razão da sua natureza, quer das suas características, não lhe sendo por isso aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos (Contratação Pública).-----

-----que a despesa corresponde aos serviços prestados no âmbito do presente contrato será pago ao CTT o preço que for devido à data de aceitação dos objetos postais de acordo com o tarifário em vigor, sendo esse valor imprevisível, foi considerada a despesa média dos três anos



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

anteriores, ou seja de 5.000,00 €/anual.-----

-----que o presente contrato não está sujeito a redução remuneratória, a que se refere o nº.1 do artigo 73º. da citada Lei 82-B/2014, uma vez que se enquadra nas dispensas a que se refere a alínea a) do nº.8 deste mesmo artigo.-----

-----que o presente contrato a celebrar, atendendo ao seu objeto, não reveste a natureza de trabalho subordinado, não sendo possível o recurso a modalidade de relação jurídica de emprego público constituída ou a constituir;-----

-----o presente contrato acarreta despesa plurianual, que vai ser cabimentada na rubrica orçamental 02020209 para 2016.-----

-----O presente contrato enquadra-se na autorização genérica dada pela Assembleia Municipal na sessão de 12/12/2014, para assunção de compromissos plurianuais. Desta autorização deverá a Câmara dar conhecimento à Assembleia Municipal.-----

-----Proponho que a Câmara emita parecer prévio favorável à celebração do presente contrato de prestação de serviços.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer prévio favorável.-----

10.9.-EMPRÉSTIMO REFº. 443792830001 CELEBRADO COM O BPI :-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício refº. 5230, de 13/11/2015, do BPI, informando a libertação pelo Banco Europeu de Investimentos, do penhor sobre os créditos e direitos conexos de que o BPI é titular nos termos do contrato mútuo n/refº. 443792830001 celebrado entre esta Câmara Municipal e o BPI em 05/03/2010, no montante de dois milhões e quinhentos mil euros (2.500.000,00 €) .-----

-----Mais informa que o BPI continuará a exercer todos os direitos inerentes à sua posição de credor. Nesta medida, o BPI é parte legítima a receber pela Câmara Municipal todos os pagamentos devidos nos termos do contrato de mútuo acima identificado, nomeadamente a



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

título de reembolso ou pagamento de juros, pagamentos esses que deverão, portanto continuar a ser efetuados nos termos e segundo os procedimentos em vigor, considerando-se esgotados quaisquer efeitos da notificação ref. 014 XII B 2014 anteriormente remetida.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

10.10.-PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DO EDIFÍCIO MUNICIPAL DA ANTIGA PRÉ-PRIMÁRIA DA GÂNDARA AO AGRUPAMENTO DE ESCUTEIROS DE MORTÁGUA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta datada de 9/03/2015 do Agrupamento de Escuteiros de Mortágua, informando que atualmente tem 113 elementos no seu efetivo, distribuídos por quatro seções: Lobitos, Exploradores, Pioneiros e Caminheiros, contando, ainda, com as Equipas de Animação constituídas por Dirigentes e Candidatos a Dirigentes.----

-----Atualmente a sua sede é a Escola do 1º. Ciclo da Gândara cedida, através de Protocolo pela Câmara Municipal, na qual desenvolvem atividades semanais e onde depositam todo o seu material e equipamento.-----

-----À medida que aquele agrupamento tem crescido, assim como o material e equipamento de que necessitam, aquele espaço tem-se revelado exíguo face às suas necessidades.-----

-----Nesse sentido solicita a possibilidade de complementarmente lhes ser cedido o edifício do Ensino Pré-Escolar da Gandarada, situado junto à sua atual sede no edifício da antiga escola do 1º. CEB da Gândara de modo a poderem realizar as suas atividades num espaço mais adequado e com as condições adaptadas ao trabalho que desenvolvem com crianças e jovens.--

-----No seguimento deste pedido verifica-se que o edifício municipal da inativa Pré-Primária da Gândara, sito na Rua da Cabeça Redonda, nº.2 foi cedida a sua utilização à Associação de Pais e Encarregados de Educação através de Protocolo celebrado em 18/08/2011 em cumprimento à deliberação aprovada na Reunião de Câmara de 2/03/2011, tendo aquela Associação através de correio eletrónico de 2/09/2015 manifestado a vontade de denunciar o



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Protocolo, nos termos da cláusula 2ª. do mesmo.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade ceder a utilização do Edifício da antiga Pré-Primário da Gândara ao Agrupamento de Escuteiros de Mortágua, mandatando o Senhor Presidente a outorgar o respetivo Protocolo.-----

10.11.-PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO DA ANTIGA CAPTAÇÃO DE ÁGUA DE ESPINHO À JUNTA DE FREGUESIA DE ESPINHO:----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício refª. 15/2015, datado de 08/09/2015, da Junta de Freguesia de Espinho através do qual solicita a cedência do terreno da antiga captação de abastecimento de água de Espinho, que se encontra desativada, para servir de espaço para Estaleiro e depósito de materiais daquela Junta.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a cedência de utilização do terreno da antiga captação de abastecimento de água de Espinho para servir de espaço para Estaleiro e depósito de materiais da Junta de Freguesia de Espinho mediante a celebração de Protocolo, tendo em consideração o interesse benefício da Freguesia, mandatando o Senhor Presidente a outorgar o respetivo Protocolo.-----

10.12.-ESPAÇO INTERNET DO SOBRAL:-----

-----O Senhor Presidente informou que o Espaço Internet do Sobral, instalado num espaço do Centro Recreativo Social e Desportivo de Vila Meã, mediante Protocolo aprovado em reunião de Câmara de 19/03/2008 e celebrado em 14/08/2018, encontra-se desativado em consequência da generalização do acesso aos meios de comunicação eletrónica e internet por toda a população que originaram uma muito reduzida frequência de utilização, não justificando a mesma os custos com o seu funcionamento (instalações e pessoal).-----

-----Assim, propõe que se proceda à denúncia do referido Protocolo nos termos do nº. 2 da sua cláusula 5ª..-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade denunciar o Protocolo.-----

10.13.-AQUISIÇÃO DE TERRENOS E OUTROS IMÓVEIS:-----

10.13.1.-Aquisição de terreno para a correção do traçado da EN do acesso à EN 234 à Gandarada:-----

-----O Senhor Presidente informou da necessidade de se proceder à correção do traçado do acesso à EN 234 à Gandarada por razões de visibilidade e segurança da via, de trânsito no local e de peões, sendo para o efeito proceder à ocupação de uma parcela de terreno com a área de 100 m², de propriedade de António Manuel de Gouveia Maia Xavier Tenreiro Tomé, com o NIF nº. 116728256, residente na Rua Padre Moderno, nº. 5 , 3450 – 144 Mortágua.-----

-----Contactado o proprietário esta concordou ceder o terreno mediante o pagamento de mil e quinhentos euros (1.500,00 €) necessário à correção da referida via.-----

-----Assim, atendendo ao benefício público do acesso em causa e a melhoria das condições de visibilidade e segurança naquela zona propôs que se indemnize o Senhor António Manuel de Gouveia Maia Xavier Tenreiro Tomé no montante de mil e quinhentos euros (1.500,00 €), sendo aquela área de terreno, 100m², integrado no domínio público aquando da obra de correção do acesso à EN 234 à Gândarada.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita no orçamento na rubrica 070101 – Aquisição de terrenos e outros imóveis, com um saldo de cento e sete mil trezentos e noventa euros e cinquenta e dois centimos (107.390,52 €) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 09 Comunicações e Transportes, no projeto 2014/25 –Aquisição de terrenos.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a indemnização proposta de mil e quinhentos euros (1.500,00 €).-----

-----Mais deliberou por unanimidade que os serviços procedam à emissão da respetiva certidão



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

de anexação ao domínio público Municipal para efeitos de correção da área total do referido prédio.-----

10.13.2.-Aquisição de terreno para construção da Casa Mortuária em Vale de Açores:--

-----O Senhor Presidente informou que se encontra inscrito na GOP de 2015 a construção da Casa Mortuária de Vale de Açores sendo necessário para o efeito proceder à aquisição do respetivo terreno, de preferência localizado na zona da Capela de Santo António.-----

-----Assim, no seguimento de contactos/negociações com o Senhor Armando Manuel Pedroso de Carvalho, residente na Rua Prof. Joaquim dos Santos, nº.40, 3450-460 Vale de Remígio, na qualidade de Procurador de Maria da Graça Ferreira de Carvalho Rafael proprietária do prédio urbano, sito na Rua de Santo António, nº. 12, em Vale de Açores, inscrito na matriz da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio Cortegaça e Almaça com o nº. 2180, veio este através de carta datada de 4/11/2015, manifestar a sua concordância à venda daquele imóvel pelo valor de cinco mil e quinhentos euros (5.500,00 €).-----

-----Deste modo o Senhor Presidente propõe que a Câmara adquira prédio urbano, sito na Rua de Santo António, nº. 12, em Vale de Açores, inscrito na matriz da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio Cortegaça e Almaça com o nº. 2180, pelo valor de cinco mil e quinhentos euros (5.500,00 €), destinando-se o mesmo à implantação e construção da Casa Mortuária de Vale de Açores.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita no orçamento na rubrica 070101 – Aquisição de terrenos e outros imóveis, com um saldo de cento e sete mil trezentos e noventa euros e cinquenta e dois centimos (107.390,52 €) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 11 Administração, no projeto 2014/52 –Aquisição de terrenos e outros imóveis.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a aquisição do prédio urbano pelo valor de cinco mil e quinhentos euros (5.500,00 €).-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

11.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

11.1.-PROCº. 192/2007 DE CONSTRUÇÃO DE UM JAZIGO NO CEMITÉRIO DA EXTINTA FREGUESIA DE CORTEGAÇA, LUGAR 225, TALHÃO C:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº.192/2007, referente à construção de um jazigo no Cemitério de Freguesia de Cortegaça, no lugar 225, talhão C, cuja requerente é Maria Alexandre Morgado Lalanda Ribeiro, residente na Rua Principal, nº.3, Cortegaça, acompanhado da informação do assessor jurídico da Câmara Municipal, datada de 3/11/2015, e que a seguir se transcreve:-----

-----“ Consulta: -----

-----Posse Administrativa das obras levadas a cabo por Maria Alexandre Morgado Lalanda Ribeiro, referentes à construção de um jazigo no cemitério de Cortegaça, lugar 225, talhão C.-

-----Informação:-----

-----A Câmara Municipal deliberou em Reunião de Câmara de 19/04/2014 tomar posse administrativa das obras referentes à construção de um jazigo no Cemitério de Cortegaça, lugar 225, talhão C, levadas a cabo por Maria Alexandre Morgado Lalanda Ribeiro, que foram objeto de um procedimento administrativo com vista à sua demolição.-----

-----Sucedem que a dona da obra encetou diligências com vista à legalização das obras em causa, tendo apresentado um projeto em 23/09/2015, visando a realização de obras de alteração, tendo o projeto de arquitetura sido já deferido.-----

-----Presentemente encontra-se em curso a fase de apreciação do projeto de especialidades, que foi apresentado em 27/10/2015.-----

-----Assim sendo, face à possibilidade de ser legalizada a situação que levou à instauração do procedimento para demolição da obra e tomando em consideração que o RJUE estabelece que a demolição pode ser evitada se a obra for suscetível de ser licenciada, ou se for possível assegurar a sua conformidade com as disposições legais e regulamentares, mediante trabalhos



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

de correção ou alteração, deverá o procedimento administrativo para demolição da obra aguardar a conclusão do processo de licenciamento das obras, presentemente em curso para então se avaliar da necessidade de dar continuidade ao procedimento, ou da sua extinção por inutilidade superveniente.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aguardar a conclusão do processo de licenciamento.-----

11.2.-PROCESSOS DE EDIFICAÇÕES EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO:----

11.2.1.- Processo número 08/2009/06:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Parecer Técnico, datado de 16/10/2015, do Chefe da DPAT, emitido na sequência da informação dos serviços de Fiscalização Municipal de 26/08/2015, dando conhecimento que continua em adiantado estado de degradação a edificação sita na Rua do Casal, em Vale de Remígio, propriedade de Manuel Breda, residente na Rua das Enguias , nº.7, Gândara, e que conclui o seguinte:-----

-----“ Proponho que a Câmara delibere no sentido de se dar cumprimento aos artigos 90º. a 92º. do DL nº. 136/2014, de se iniciar o processo com vista à realização da vistoria prévia ao edifício referenciado (artigo 90º.)”.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade, mandar proceder a vistoria que conclua do estado em que a construção se encontra e se constitui perigo para a saúde ou para a segurança das pessoas, tendo em vista poder deliberar em conformidade com a alínea w), do número 1 do artigo 33 º. da Lei número 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- Mais foi deliberado por unanimidade que, por forma a permitir ao Executivo Municipal avaliar com rigor, objetividade e transparência o real estado de degradação das edificações, o auto da respetiva vistoria deverá identificar os concretos elementos que eventualmente constituam perigo para a segurança de pessoas e bens, fundamentar e especificar a realização, ou não, de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança das



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

edificações, ou demolição nos termos do disposto no nº. 2 e 3 do artigo 89º. do Decreto-Lei nº. 555/99, de 16 de Dezembro, com as posteriores alterações.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----

-----Não se registou a presença de qualquer Município.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezoito horas.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

Armando Daniel

Secretário do Órgão

e pelo Senhor Presidente.-----